



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 639944 - SC (2021/0012188-2)

**RELATOR** : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**  
**IMPETRANTE** : CARLOS HENRIQUE SOARES DE OLIVEIRA E OUTROS  
**ADVOGADOS** : CARLOS HENRIQUE SOARES DE OLIVEIRA - SC007968  
CÉSAR HERCULANO CORRÊA - SC010556  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
**PACIENTE** : SANDRA VANDERLINDE (PRESO)  
**OUTRO NOME** : SANDRA VANDERLINDE DO NASCIMENTO (PRESO)  
**CORRÉU** : CARLOS ROBERTO PATISSI  
**CORRÉU** : ANDRE LUIZ MIRANDA DO NASCIMENTO  
**CORRÉU** : GABRIEL ROBERTO PATISSI  
**CORRÉU** : AMANDA VANDELINDE DO NASCIMENTO  
**CORRÉU** : ANDRESSA VANDELINDE DO NASCIMENTO  
**CORRÉU** : GUILHERME LUCREZIA HILLESHEIM  
**CORRÉU** : ANDRE LUIZ MIRANDA DO NASCIMENTO FILHO  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de SANDRA VANDERLINDE em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA (HC n. 5046814-44.2020.8.24.0000/SC).

A paciente foi presa preventivamente e denunciada como incurso nos arts. 2º, § 2º, da Lei n. 12.850/2013, e 1º, § 1º, I e II, da Lei n. 9.613/1998.

Os impetrantes sustentam que se estaria diante de flagrante ilegalidade, passível de afastar o óbice contido no enunciado 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

Alegam que a segregação da acusada teria sido decretada sem prévia audiência de custódia, em ofensa ao que decidido pelo Supremo Tribunal Federal na Rcl n. 29.303 AgR/RJ.

Aduzem que o decreto constitutivo careceria de fundamentação idônea, inexistindo elementos concretos que demonstrem a efetiva periculosidade da liberdade da paciente.

Argumentam que o magistrado singular não teria justificado a impossibilidade de substituição da medida extrema por cautelares diversas.

Afirmam que os predicados pessoais da ré reforçariam a desnecessidade de seu encarceramento provisório.

Requerem, liminarmente e no mérito, que a paciente seja colocada em liberdade.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O *writ* não merece prosperar.

A decisão impugnada foi proferida por desembargador. Não há acórdão sobre a matéria suscitada na presente impetração, o que inviabiliza seu conhecimento pelo Superior Tribunal de Justiça.

Registre-se que "a competência do STJ para examinar *habeas corpus*, na forma do art. 105, I, 'c', da CF, somente é inaugurada quando a decisão judicial atacada tiver sido proferida por tribunal, o que implica a exigência de exaurimento prévio da instância ordinária, com manifestação do órgão colegiado" (AgRg no HC n. 600.555/SP, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe de 24/8/2020).

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência